



POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS PANDEMIA NO MUNÍCIO DE CASTANHAL

Lidiane Cristina Silva da Poça¹
Maria Macilene Magalhães Evangelista²

RESUMO

A educação é uma das principais engrenagens que influenciam diretamente na economia, na saúde, na segurança pública e em tantos outros setores que movem o funcionalismo público, por isso o investimento na área é tão sério. As Políticas Públicas Educacionais direcionadoras a construção de uma educação que desenvolva projetos e programas que visam a minimizar as deficiências na educação causadas pela pandemia da COVID 19 no período de agosto de 2021 a agosto de 2022, é o foco deste artigo, apresentando os trabalhos desenvolvidos, para o avanço da educação pública, possibilitando o aumento da qualidade do ensino público no município de Castanhal-PA. Para isso, foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica com análise qualitativa, em que identificou-se a implementação de novas tecnologias e equipamentos de suporte educacionais, formações continuadas para professores, atendimento especializado ao servidor público, estágios remunerado, programas e projetos para aceleração do processo de alfabetização. A pesquisa refletiu o cenário da educação no município de maneira positiva e crescente. O estudo considerou na essência que as Políticas Públicas Educacionais foram baseadas nos programas e projetos criados pela Secretaria Municipal de Educação, reafirmando a construção de uma educação de qualidade enquanto direito social.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Escolas, Tecnologia, Pandemia.

¹ Mestre do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará – UEPA lidianuepa@yahoo.com.br;

² Especialista em Educação do Campo do Instituto Federal do Pará - IFPA, macilene_ufpa@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

Os estudantes da Rede Municipal de Educação do Município de Castanhal-Pará, assim como os estudantes de todo o Brasil e o mundo, ficaram praticamente dois anos consecutivos sem aulas presenciais. Em Castanhal, as aulas presenciais foram suspensas em 16 de março de 2020 e retornaram em 31 de janeiro de 2022.

Este período, exigiu mudanças rápidas da Secretária Municipal de Educação e de professores para garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes que se encontravam presencialmente distante da escola, neste contexto surge o que passou a ser chamado de Ensino Remoto. Sabe-se que o Ensino Remoto foi primordial, no contexto pandêmico, por permitir que os estudantes não perdessem o vínculo com a escola, porém deixou lacunas educacionais que terão consequências a curto, médio e longo prazo.

O retorno presencial, que iniciou-se gradativamente no início de 2022, foi desafiador. Exigiu e ainda está exigindo da atual gestão pública municipal a implantação de políticas públicas educacionais que contribuam para diminuir os déficits de aprendizados causados pela pandemia e garanta aos estudantes a possibilidade de recomposição das aprendizagens.

Segundo Oliveira (2010, s/p), Política Pública Educacional:

[..] é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

É essencial observar que as Políticas Públicas Educacionais não somente se relacionam a garantir que crianças, adolescente, jovens e adultos sejam matriculados nas escolas, mas também oferecer possibilidades concretas de permanência, principalmente, no retorno das aulas presenciais, em que os desafios educacionais de aprendizagens são ainda maiores. Assim como também se faz necessário políticas públicas que ofereçam formação continuada em serviço para os docentes.

A formação continuada é garantida em lei e precisa adequar-se ao contexto social em que o docente está inserido. Em grande parte do que é observado, entendemos que os docentes precisam de formação política voltada à reflexão questionadora da realidade que o aluno está inserido. (ANTUNES-ROCHA; HAGE, 2010).

Neste sentido, este trabalho relata as políticas públicas educacionais implantadas na Rede Municipal de Ensino de Castanhal, no retorno das aulas presenciais. Projetos e atividades que envolvem educação financeira, incentivo à leitura, alfabetização matemática, inserção de tecnologias nas escolas, cuidados com a saúde física e emocional dos servidores da educação e formação continuada dos docentes.

METODOLOGIA

Castanhal é uma cidade do estado do Pará com população estimada de 200.793 habitantes segundo o último censo demográfico do IBGE (2010), situado a 67 km da capital. Possui uma área de 1.029,191 km².

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL.



Fonte: Google (2019).

Segundo Smith Júnior (2012), o desenvolvimento do “Núcleo de Castanhal” começou a partir da vontade política do governo do estado do Pará, a partir do Projeto de construção da ferrovia que ligava Belém, a capital e a cidade de Bragança.

A secretaria municipal de educação de Castanhal atualmente atende 79 escolas das etapas da educação básica de educação infantil e ensino fundamental dos anos iniciais e finais. No Campo, o município atende 33 escolas e no urbano 47 escolas.

A SEMED Castanhal está organizada em coordenadorias, denominada conforme suas atribuições dentro da SEMED: coordenadorias da merenda, coordenadoria de apoio administrativo, coordenadoria de educação especial, coordenadoria de ensino, coordenadoria de recursos humanos, coordenadoria de infraestrutura e coordenadoria de infraestrutura.

Neste trabalho nos atentar a coordenação de ensino que está ligada diretamente com a parte pedagógica educacional junto às escolas, que por sua vez encontra-se organizadas em assessorias: Assessoria de Educação Infantil, Assessoria de Ensino Fundamental, Assessoria do Núcleo de Educação do Campo - NEC, Núcleo de Educação para Relações Étnicas Raciais e Diversidade – NERED, Assessoria de Assistência Técnica de Inspeção de Documentação Escolar – ATIDE, Estatística e Assessoria de Educação de Jovens e Adultos essas assessorias são responsáveis por planejar e ministrar formações aos professores da rede de ensino, conforme especificidades de cada assessoria, responsáveis dos Projetos e Programas do governo federal e criadas pelo município que atendem as demandas observadas ao longo do trabalho com as escolas.

Com o retorno das aulas presenciais após o fechamento das escolas em decorrência da pandemia da COVID-19, a SEMED por meio de atividades diagnósticas e visitas técnicas as escolas identificaram uma defasagem acentuadas série/ano dos estudantes. Estudantes que com os fechamentos das escolas estavam no 2º ano, no processo de aquisição da leitura chegam ao 5º ano em 2022 sem o domínio da leitura, assim como os estudantes dos anos iniciais, identificou-se também a defasagem na aprendizagem nos 6º, 7º, 8º e 9º anos.

No quadro abaixo apresenta-se alguns programas e projetos em execução nos anos de 2021 e 2022 para elevação do índice de desenvolvimento do município para diminuir os efeitos deixados na educação para pandemia da COVID-19.

PROGRAMA/PROJETO	ANO	OBJETIVO	INICIATIVA
Japim Mobi	2022	Funcionar dentro da própria sala de aula, substituindo os antigos laboratórios de informática. Os professores serão capacitados para desenvolver conteúdos digitais e cada estudante terá acesso ao seu próprio computador.	SEMED/ Castanhal
Conect Bus	2022	Possibilitar aos estudantes e a comunidade em geral o acesso e a utilização da tecnologia como forma de inclusão digital e social	SEMED/Castanhal
		Propiciar atividades complementares curriculares, integradas ao Currículo Escolar, com a	

Avança para Valer	2022	ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagens objetivando o reforço escolar e formação do aluno sempre em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e as Diretrizes Políticas e Curriculares da Rede Municipal.	SEMED/Castanhal
Estágio Remunerado	2022	Apresentar aos estagiários suas novas rotinas de trabalho e orientar quanto à importância da experiência do Estágio para a iniciação profissional, a SEMED.	SEMED
NASSE		Atuar no trabalho de acolhimento, orientação e encaminhamento dos servidores para tratamentos diversos, com os profissionais: psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo, educador físico, fisioterapeuta e assistente social.	SEMED/Castanhal
Programa Escola da Terra	2021	Promover a formação continuada de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas.	UFPA/SEMED
Curso de Especialização em Educação do Campo	2022	Promover a formação continuada de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas.	UFPA
		Melhorar a qualidade da alfabetização em todas as	

Tempo de Aprender	2021	escolas públicas do país. Buscar contemplar os fatores fundamentais para alcançar a efetiva aprendizagem da leitura e da escrita. Destinado às crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras.	MEC
Projeto Sala de Leitura	2022	Auxiliar no cumprimento da meta 5 do Plano Municipal de Educação: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, reduzindo os índices de proficiência insuficiente em Leitura (no máximo 20%), Escrita (no máximo 40,5%) e Matemática (no máximo 55%) até o ano 2020.”	SEMED/Castanhal
Aprender Valor	2022	Estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas públicas brasileiras.	Banco Central do Direitos Brasil e Fundo de Defesa de Difusos (FDD)
Formações Continuadas	2021	Contribuir com a formação continuada de professores da rede municipal de ensino, visando o fortalecimento dos componentes curriculares, principalmente em tempos de pandemia.	SEMED/Castanhal
Olimpiada de matemática	2022	Estimular e promover o estudo da matemática, e revelar talentos para o componente curricular de matemática.	SEMED/Castanhal

Todos os programas e projetos estão sendo desenvolvidos na SEMED através da Coordenadoria de Ensino, setores da SEMED responsável pela parte técnico-pedagógica das escolas que visam atender ensino aprendizagem dos estudantes.



O quadro identificar e compreender alguns aspectos das políticas públicas que o município vem adotando para atender as formações continuada dos professores das escolas do município apresentaram alguns dos programas e projetos da SEMED e do governo federal que foram apresentados para atender as escolas da rede municipal de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pandemia tem sido de grandes desafios no fazer docente, cobrando-lhes adequação, ação e continuidade das demandas educacionais, mesmo diante de um modelo equivocado de ensino desenvolvido pelas instituições públicas e o desassistencialismo das políticas públicas educacionais brasileiras na ausência de formação e acompanhamento (SOUZA; FERREIRA, 2021; SOARES; COLARES; COLARES, 2021). Todavia, é reconhecível este momento para reforçar a importância do papel docente na formação dos estudantes e assim fomentar políticas públicas educacionais.

As políticas públicas educacionais são ações estratégicas para se atender às demandas da população e solucionar problemas da coletividade. E como toda ação pública, está submetida à planificação para garantir uma “alocação realista dos recursos necessários” (DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, 2016, p. 170). Além disso, o plano visa garantir a eficiência dos serviços e políticas públicas e mensurar, da melhor maneira possível, o alcance das metas e objetivos pensados ao se implementar tais ações.

Em meio à pandemia, conforme (GATTI, 2020)

Várias medidas e orientações advieram, nesse período de pandemia que atravessamos, tanto do Ministério da Educação como do Conselho Nacional de Educação para o funcionamento das instituições educadoras na emergência das condições de isolamento social impostas pela situação social criada por essa pandemia. (...) respeitando a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino, são apresentadas sugestões relativamente detalhadas para realização de atividades presenciais e não presenciais na educação básica, quanto à reorganização dos calendários escolares e o replanejamento curricular no contexto da atual pandemia.

As estratégias de gestão pública e privada e as políticas públicas definidas para a saúde e educação dentre outras, tiveram que ser repensadas. Abriu-se diante dos nossos olhos um mundo novo com novos desafios que exigiu e que continua exigindo novas estratégias para atender às atuais demandas da sociedade em meio à pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O Governo Federal, juntamente com os representantes de cada Estado e Município e os demais poderes que formam a administração pública do país, tomou medidas emergenciais para combater o avanço da epidemia. Dentre essas ações efetuadas, está o isolamento/distanciamento social - como intervenção principal para se evitar a propagação da doença. De acordo com Lajolo (2020, s/p):

A pandemia que estamos enfrentando deixará marcas e impactará o futuro. Ainda não sabemos em que medida vai provocar mudanças nem quais serão suas consequências na ciência, na economia e na sociedade. Instituições, pesquisadores e profissionais de diversas áreas da medicina, da economia, das ciências sociais, da engenharia e de outras áreas debruçam-se sobre a questão. O que talvez permita acreditar que a ciência e as instituições de ensino e pesquisa, a partir de tudo o que estamos vivendo, possam – cada vez mais – estabelecer relações efetivas e reconhecidas com a sociedade.

A educação, com suas dinâmicas compostas de diferentes atividades de interação e como instância subordinada ao Ministério da Educação, foi orientada a aderisse ao estado de calamidade pública e, no primeiro momento, fecharam as escolas proibindo as aulas presenciais, que ocorreu a partir do sancionamento da Lei n^o 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs “[...] sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019”.

Em 1º de abril do mesmo ano, foi assinada a Medida Provisória n^o 934 que, diante da inevitabilidade da situação, estabeleceu convocou escola e toda a comunidade escolar a repensar, reorganizar suas práticas pedagógicas, para que o aluno não fosse penalizado pela situação atual, e isso se fez a partir do entendimento de que só seria possível por meio das aulas remotas.

Logo, os estudantes, têm seus direitos assegurados pela Constituição Federal (1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n^o 9.394/1996). Esta última estabelece 200 dias letivos e a carga horária de 800 horas como forma de garantir o acesso aos conhecimentos historicamente construídos. Desse jeito, tanto a escola quanto o professor são alvos dessa nova demanda, ou seja, a de realizar mudanças, a de se adequarem a esta nova realidade incorporando as tecnologias de informação e comunicação na sua prática docente como recurso didático.

O município de Castanhal passou dois anos com as escolas fechadas encaminhando atividades impressas, vídeos aulas, programas de rádios e redes sociais mesmo com todos os esforços para que os estudantes do município tivessem acesso às atividades, não foi suficiente para manter o nível de atendimento escolas e estudantes.



E os programas e projetos são ferramentas que identificamos, para além do cunho pedagógico, existe também a parte administrativa e financeira da educação que são as políticas públicas. Nesse ponto, fica também a reflexão de como acontece a oferta financeira, se o que vemos é uma educação pública com cada vez mais investimentos em decorrência da pandemia da COVID-19, que além de tudo, apresenta uma valorização profissional da educação e aumentando a credibilidade aos futuros resultados das avaliações externas.

Observa-se também a necessidade de uma autoavaliação dos programas e projetos sobre a responsabilidade das escolas e SEMED, pois quando cita que os investimentos oferecidos servirão para que o município possa diminuir o atraso na educação que a pandemia deixou, para que possa atingir o pleno desenvolvimento da educação algo que está é uma realidade nacional do cenário atual.

Como construir políticas públicas educacionais dentro de uma prática pedagógica única se em princípio todos somos diferentes, e os professores e a formação e onde estão inseridos também são diferenciados? A convicção é que o ensino se configura ao modo de uma lei da física, ou seja, quaisquer que sejam as condições o resultado deste será o mesmo. Sacristán (2017) afirma que o ensinar não implica a aprendizagem do conteúdo por parte do estudante do mesmo modo que o professor planejou, pois estão implícitos vários outros fatores, tais como, sociais, políticos e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou a necessidade programas para as formações continuadas para os professores do meio urbano e rural, assim atualizando-se quando as teorias e práticas discutidas levando em consideração o contexto pandêmico que foi vivenciado nos últimos dois anos.

O papel fundamental das políticas públicas educacionais no município de Castanhal voltadas as realidades das escolas de Castanhal, é estimular os professores a terem uma visão sistêmica da realidade que está inserido e perceber o vasto laboratório que trabalha no seu dia a dia para ter uma visão científica, experimentar e interpretar na sua forma prática e descritiva para cada ciclo educacional conseguimos ter um material palpável e extremamente importante para o desenvolvimento educacional e humano, construindo bases sólidas para o professor e aluno avançarem no processo educacional, replicando em outras localidades com práticas mais assertivas sistematizadas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb> . Acesso em: 25 jun. 2022.

DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A.; COSTA, G. **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/gestao-WEB-final.pdf> . Acesso em 18 set. 2022.

HAGE, S. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção caminhos da educação do campo).

LAJOLO, Franco, Maria. **Covid-19, ciência, público e políticas públicas**. São Paulo: Jornal da USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid-19-ciencia-publico-e-politicaspUBLICAS/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: Oliveira, A. F. de.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.).

Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 6, **Edição Especial Desafios e avanços educacionais em tempos da COVID-19**, e141320, 2020.

SOUZA, E. M. de F.; FERREIRA, L. G. A matrícula como direito do estudante na pandemia da Covid-19. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, jan./mar., 2021, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8029> Acesso: 20 out. 2022.